

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34 DE 2024 de autoria do
Deputado Gracinha Mão Santa;**

**Dispõe sobre a concessão do Título Cidadão Piauiense a
Excelentíssima Senhora Francisca das Chagas Castelo
Branco Neta**

I. RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2024, de autoria do Deputada Estadual Gracinha Mão Santa, dispõe sobre a concessão do título cidadão Piauiense a Excelentíssima Senhora Francisca das Chagas Castelo Branco Neta. A proposta foi lida no expediente em 30 de Abril de 2024.

Francisca das Chagas Castelo Branco Neta nasceu em Parnaíba-PI, no dia 24 de abril 1966, filha de José Sales de Sousa, também paraibano e de Maria Alice Castelo Branco Val, nascida em Buriti dos Lopes, ambos falecidos. Tem dois irmãos, é mãe de dois filhos e avó de três netos.

É administradora com habilitação em marketing formada pela faculdade Piauiense-FAP, no ano de 2005 e possui pós-graduação em Recursos Humanos pela Universidade Federal do Piauí, no ano de 2007.

A Vereadora Neta Castelo Branco conhece de perto as necessidades das pessoas menos favorecidas, tendo trabalhado por 25 anos no Serviço Social da Indústria (SESI), atuando na área da saúde e do serviço social, ocupando o cargo de coordenadora da divisão de saúde, pelo período de 1987 a 2012.

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

A função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

O presente projeto visa homenagear personalidades da área jurídica que se destacaram em defesa dos interesses do Piauí, conforme estabelecido na Resolução nº 417, de 17 de novembro de 2008. A concessão da medalha está em conformidade com o artigo 27, inciso V, alínea g, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A análise jurídica verifica a legalidade e constitucionalidade do projeto. Não foram identificados vícios formais ou materiais que impeçam a tramitação da proposta. O projeto atende aos requisitos legais e regimentais, respeitando a competência do Poder Legislativo para conceder honrarias.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- ☒ (X) Aprovação.
- ☐ () Aprovação com Emenda.
- ☐ () Aprovação com Substitutivo.
- ☐ () Rejeição.
- ☐ () Transformação em Indicativo.
- ☐ () Aprovado em reunião conjunta.

Deputado Gustavo Neiva

Relator

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, 27 de Maio de 2024.

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 04.05.2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça